

## UNEMAT Editora

Editor

Agnaldo Rodrigues da Silva

Revisor

Autores

Diagramação

Ricelli Justino dos Reis

Capa

Ricelli Justino dos Reis

*Copyright* © 2014 / Unemat Editora

Impresso no Brasil - 2014

### **Revista História e Diversidade/Expediente:**

Coordenador /Organizador: Osvaldo Mariotto Cerezer

Marli Auxiliadora de Almeida

História e Diversidade [recurso eletrônico] / Revista do Departamento de História. Cáceres: UNEMAT Editora. Vol. 4, nº. 1, (2014) . 274 p.

Modo de acesso:<<http://www.unemat.br/revistas/historiaediversidade/>>Semestral.

Sistema requerido: Adobe Acrobat Reader (ou similar).

ISSN 2237-6569

1. História. 2. Diversidade Cultural. 1. Unemat Editora. Departamento de História de Cáceres.

CDU 94+304.4 (05)

Ficha Catalográfica elaborada pelo bibliotecário Luiz Kenji Umeno Alencar/CRB1 2037



UNEMAT Editora

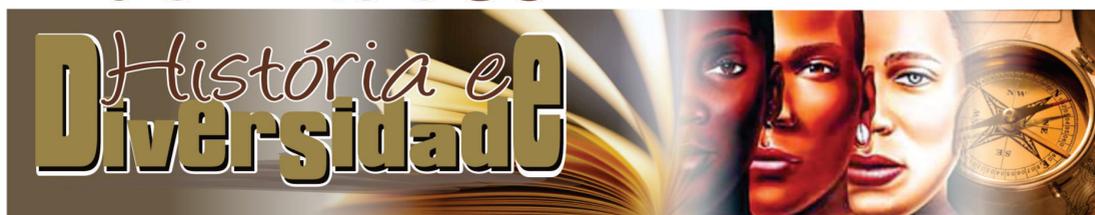
Av. Tancredo Neves, 1095 - Cavallhada - Cáceres - MT - Brasil -

78200000

UNEMAT  
EDITORA

Fone/Fax 65 3221-0000 - [www.unemat.br](http://www.unemat.br) - [editora@unemat.br](mailto:editora@unemat.br)

# Revista



Resenhas

**ABRANTES, Elizabeth Sousa. O Dote é a Moça Educada: mulher, dote e instrução em São Luís na Primeira República. São Luís, EDUEMA, 2012.**

Tatiane da Silva Sales  
Doutoranda em História Social da Amazônia – UFPA  
Bolsista Capes  
Professora Assistente – A  
Universidade Federal do Maranhão  
Email: tatianeieq@hotmail.com

A obra, ora apresentada, é resultado da tese de doutoramento de Elizabeth Sousa Abrantes, professora da Universidade Estadual do Maranhão, que desenvolve pesquisa na área de história da educação e gênero há vários anos já tendo elaborado sua dissertação de mestrado, orientações, grupos de pesquisa e estudo e coletâneas sobre esta problemática.

Este trabalho cujo título é “**O Dote é a Moça Educada: mulher, dote e instrução em São Luís na Primeira República**” tem como tema central a educação feminina na cidade de São Luís/MA, suas implicações para as mesmas e o valor agregado ao poder simbólico da educação. Para discutir esta temática a obra conta com 366 páginas, dividida em cinco capítulos organizados da seguinte forma: “**A Cesta da Noiva**”: práticas e representações no uso o dote na sociedade brasileira e no Maranhão; “**De Mãos Abanando**”: o ideal do casamento por amor e novos arranjos dotais; **Encanto Quebrado**: novos tempos, modos novos; **Direitos da Mulher**: regime dotal e (des) proteção social na Primeira República e **O Dote é a Educação**: a instrução feminina como dote simbólico. Toda esta análise se passa em São Luís, em fins do século XIX e primeiros anos do século XX. Para escrita deste trabalho a autora contou com fontes de testamentos, fontes de jornais, contos, obra literária, falas e mensagens de governadores e legislação. Um dos grandes pilares documentais e de análise da autora está na literata portuguesa Ana Osório, Aluísio Azevedo e Coelho Neto onde a educação doméstica é destacada como dote para a mulher.

Este livro concentra-se na área de estudos das mulheres, relações de gênero e história da educação, onde a pesquisadora analisa o processo de resignificação do dote e seu simbolismo cultural. Analisa o conceito de dote para identificar como a educação foi encarregada de oferecer uma continuidade moral ao “apoio” da família da mulher no ato do casamento. É então que Elizabeth Abrantes usa esta prática do dote, que materialmente já estava em desuso, e a associa ao capital cultural da educação que as moças receberiam antes dos respectivos matrimônios e que lhes ajudariam na composição de um novo lar.

O dote era aparentemente um sinal de proteção e amparo da família das moças ao seu matrimônio na forma de bens que uma noiva leva ao casamento. Nesta obra a autora analisa como a educação formal passa a se tornar uma espécie de dote moderno agregando “valor” na obtenção de um noivo. No entanto, ao mesmo tempo a autora apresenta a educação como uma forma de alcançar alguns espaços sociais anteriormente mais restritos aos homens, como por exemplo, uma profissão.

No capítulo primeiro, “**A Cesta da Noiva**”: práticas e representações no uso o dote na sociedade brasileira e no Maranhão, a autora apresenta o casamento e o peso do dote no matrimônio e na economia do Brasil colonial para demonstrar sua força e importância ao longo da história, pois a transmissão e conservação do patrimônio era uma das funções da família e o dote significava também uma sociabilidade. Para maior compreensão a autora situa algumas situações e legislações do casamento no Maranhão colonial, onde o dote era estabelecido como uma “proteção à mulher”. Ao analisar a questão do dote e casamento ao longo dos séculos XVIII e XIX a autora faz uma longa exposição de como esta prática foi se adequando à economia maranhense e ganhando novas configurações.

Já no segundo capítulo a autora discute as formas modernas de casamento que levariam mais em conta os aspectos emocionais dos noivos do que ordens econômicas das famílias e aponta as principais mudanças no dote.

As transformações de ordem econômica e social, marcadas pela crise do escravismo e ascensão do capitalismo e relações sociais burguesas, afetavam também a organização das famílias e seu agente instituidor, o casamento, numa convivência conflituosa entre o velho e o novo, entre o ideal e o real (ABRANTES, 2012, p. 78)

Elizabeth Abrantes destaca os espaços de sociabilidade da cidade que acabavam por permitir maior circulação feminina e a preocupação de escolas privadas para mulheres, a exemplo do colégio Nossa Senhora da Glória, ensinando como tais moças deveriam se comportar em público e de forma higiênica. Para a autora, estas novas formas de convivência social foram fundamentais na sociabilidade e educação das meninas de elite em São Luís. Juntamente com esta dinâmica, muitos jornais da cidade criticavam uma educação feminina que fosse apenas para exibições nos salões de festas e cada vez mais as mulheres recebiam aulas de leituras e cálculos básicos.

Uma das teses defendidas nesta obra é que a educação das mulheres mudou porque havia um objetivo de torná-las as primeiras e hábeis educadoras de seus filhos, a pesquisadora defende um ideal muito difundido nos jornais de que esta preocupação era fruto do discurso republicano. Isto é, seria a defesa de uma educação para “aprimoramento” do papel de mãe-cidadã-higiênica.

A mulher devia ser preparada mediante uma instrução sólida, uma educação prática e pelos frequentes exemplos de virtudes, para o governo da casa e contrariedades da vida que sobreviessem no decorrer da existência. Devia educar-se para educar o homem, pois dela dependia a formação do homem varonil, honesto e probo, cumpridor dos seus deveres, quer em público, quer em particular. (ABRANTES, 2012, p. 85)

A autora destaca que os discursos se estendiam às mulheres de classe média com o acréscimo de que a educação lhes daria um sustento “honrado”. Neste capítulo a autora se situa nas mudanças educacionais e dotais presentes no século XIX, onde o casamento cada vez mais será visto como um empreendimento emocional. Situa ainda a manutenção da legislação dotal após a independência do Brasil, destacando o declínio desta prática frente a novos arranjos. Um dos motivos apontados pela autora como promotores do declínio do dote é a mudança na dinâmica econômica do país, tese já defendida por outros autores como Muriel Nazzari (*O Desaparecimento do Dote: mulheres, família e mudança social em São Paulo- 1600-190- São Paulo, Companhia das Letras, 2009*), onde a riqueza imóvel já não seria mais tão valorizada ocasionando investimentos no capital humano.

Já no capítulo terceiro, a autora já demonstra pelo título que abordará as rupturas do sistema dotal no século XX, destacando como plano de fundo o tão afamado “projeto republicano” e as transições que este período sofreu. De forma muito panorâmica Elizabeth Abrantes mostra um quadro da cidade de São Luís neste momento inserindo indícios da presença e participação das mulheres neste contexto. No afã de mostrar mulheres mais interativas na sociedade ludovicense a autora retoma algumas discussões acerca da educação feminina e as lutas para modernização da mesma e equiparação com o ensino ofertado aos meninos.

Ainda no terceiro capítulo a autora destaca a década de 1920 como um marco para a “nova” mulher que é denominada no livro de “a Eva dos anos 20”, pois:

Os novos comportamentos das mulheres das camadas médias e altas, não aspirando apenas a glória de ser a rainha do lar, com um reinado que se estendia aos domínios de quatro paredes, eram atribuídos a maior dedicação destas ao estudo e à busca de uma profissão e emprego, ampliando seu novo reino. (ABRANTES, 2012, p. 132)

Ela mostra também o outro lado que julga esta “nova” mulher, sobretudo nos documentos dos jornais que apontam tentativas de restrições educacionais e de lugares e muitas das recentes ações femininas eram rebatidas na imprensa de forma pejorativa. Isto se referia à vestimenta, cumprimento dos cabelos e espaços frequentados. A autora também destaca, em diversos trechos deste capítulo a escrita feminina acerca de sua própria condição, aponta obras completas, acervos literários e artigos escritos em periódicos femininos ou mesmo de circulação geral.

Para Elizabeth Abrantes a forma como as moças participavam das revistas e/ou seções femininas apresentava mudanças de comportamento e também do tipo de homem desejado para o casamento. Assim, a educação moderna era acusada de ser culpada pela desordem social das meninas que já se posicionavam mais favoráveis à obtenção de um trabalho do que de um casamento. No entanto, ainda havia muito do discurso normativo que enfatizava o casamento como o ideal para as mulheres.

No quarto capítulo, **Direitos da Mulher: regime dotal e (des)proteção social na Primeira República**, a autora dedica-se mais ao aspecto legal, enfocando a os direitos civis e o regime dotal. Destaca que o casamento civil republicano mantinha as desigualdades entre homens e mulheres diante desta instituição, com obrigatoriedades

mais rígidas a estas e usado como forma de controle social de mulher. Neste contexto Abrantes cita a Escola Normal de São Luís e cursos considerados importantes para as mulheres como datilografia e telefonista. Mulheres de classe média e baixa eram levadas a estudar para garantir seu próprio sustento, pois apenas o casamento não era mais uma garantia de estabilidade.

No quinto e último capítulo a autora aponta a ideia central de seu trabalho compilando várias discussões lançadas ao longo de sua abordagem de que a educação é o novo dote das mulheres na Primeira República. Para tal análise a pesquisadora situa a educação no estado do Maranhão e os altos índices de analfabetismo, sobretudo feminino, destaca as diversas reformas que a instrução pública sofreu, no Brasil e Maranhão e aponta o tímido papel inicial que a Escola Normal teve em São Luís.

Utilizando-se de pesquisas em leis, periódicos e fontes literárias Elizabeth Abrantes analisa a justificativa da educação feminina a partir de um modelo de discurso amplamente difundido na Primeira República, destacando o sistema de co-educação e a manutenção de disciplinas específicas para as meninas. Mostra, com propriedade, como o ideal de educação às mulheres voltava-se para a capacitação do exercício de suas funções de esposa e mãe, mas também para as novas dinâmicas e exigências da cidade, da medicina, das sociabilidades até mesmo profissionais. A autora destaca como essa avalanche de exigências sobre estas mulheres de classe média e alta refletiram na elevação da educação para categoria de “dote simbólico”. Os dotes valorizados eram, então, do espírito e não físicos e a partir disso diversas críticas eram feitas à educação feminina considerada superficial e enganosa pois preparavam apenas para o casamento. No início do século XX “a mãe devia inspirar o respeito, apontando sempre o bem como objetivo e guia dos pensares das filhas, e não o homem como marido e o casamento como único ideal”. (ABRANTES, 2012, p. 275).

Este trabalho resenhado é de grande relevância para os estudos de gênero, história das mulheres, da família e da educação tanto para o Maranhão quanto para o Brasil, tendo em vista que a autora dialoga com diversas fontes e autores aportados em diversos espaços de pesquisa. Sem desmerecer a grande relevância deste trabalho é possível destacar que a estrutura da obra se estabelece no sentido de apresentar um capítulo de contextualização e de destaque para uma espécie de “mito das origens” explicativas. Os capítulos estão encaixados, fixos, isto deixa o trabalho muito metódico e pouco articulado entre os capítulos que o compõe. Esta obra segue uma perspectiva bem linear, quase evolutiva e parece que a autora deixa para o último momento a análise de sua tese central.

Do ponto de vista documental este trabalho destaca uma grande riqueza, pois a autora pode articular fontes de diversas naturezas para análise da história da educação feminina em São Luís. É uma obra que, sem dúvida, deve ser lida no sentido de ser referência sobre a relação de dote, educação e as transformações vivenciadas durante a Primeira República e é neste sentido que traz uma importante contribuição para as ciências humanas não apenas na história da educação do Maranhão, mas também de todo território nacional pois as fontes e o diálogo que Abrantes trava com outros/as autores/as oferece este suporte mais amplo.